

O GOLPE SOBRE OS DIREITOS HUMANOS RETROCESSO CIVILIZATÓRIO

Desde 2016, com a interrupção ilegal do mandato da presidenta Dilma, os retrocessos na área dos direitos humanos são inúmeros. As mudanças nas estruturas governamentais tiraram a autonomia e acabaram com a capacidade de transversalizar e entregar políticas públicas de direitos humanos. Os conselhos de participação social foram desidratados, para frear a controle social exercido pelos vários conselhos ligados à então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incluindo o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.

Durante o governo de Michel Temer, a Secretaria de Direitos Humanos foi rebaixada ao status de Secretaria Especial do Ministério da Justiça, de onde havia saído em 2006. Enquanto a Secretaria perdia orçamento e força política e as populações-alvo dos seus programas e políticas públicas já não tinham mais a mesma guarida que anteriormente, sua estrutura foi usada para promover a campanha da titular da secretaria a cargo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH/OEA, indicada pelo governo federal. Nos últimos meses de Temer, o Ministério foi recriado, incorporando a ele as estruturas dos ex-Ministérios da Promoção da Igualdade Racial e Políticas para Mulheres.

Ao contrário do que se previa, Bolsonaro fez uma opção de não extinguir a pasta dos direitos humanos, mas sim transformá-la em um instrumento da destruição e da subversão de princípios, ações, políticas, programas e narrativas de promoção e proteção de direitos humanos edificadas nos governos do PT. Como anunciou em seu discurso de posse, ele veio para “destruir tudo que foi feito” e colocou o Ministério sob a (anti)liderança da (anti)ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves – conhecida por décadas de pregação antidireitos LGBTQIA+, antiaborto e antiesquerda, além de ter forjado currículo de mestre em educação e direito, que fora desmentido pela imprensa. Com Bolsonaro e Damares, o Ministério age sistematicamente não apenas para promover o desmonte das políticas construídas durante os governos do PT, mas também para desconstruir a ideia na sociedade de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e para todas e para todos. A fragilização durante o governo Temer foi chave para que a resposta das estruturas públicas e da sociedade civil – cujas parcerias foram suspensas e que, sem permeabilidade, não encontrava mais espaço para diálogo – não conseguissem frear o desmonte.

A lista de retrocessos é ampla. Sob a regência de um governo autoritário, discriminador e avesso aos direitos humanos, o Brasil vive um recuo civilizatório sem precedentes.

A ANTIGESTÃO DAMARES

A ministra Damares Alves chegou ao ministério com objetivos muito claros. O primeiro deles, usar a estrutura colocada a seu dispor para destruir, no país, o que foi construído na década e meia anterior. No campo externo, age para destruir as posições, consensos e avanços que Brasil construiu dentro das instituições do sistema internacional de direitos humanos e para promover alianças espúrias com países reconhecidamente violadores de direitos humanos, forman-

do, inclusive, uma frente conservadora para barrar avanços nesses fóruns. Neste caso, o fim último é impactar a capacidade do próprio sistema internacional de direitos humanos e de suas instituições de responder aos retrocessos e violações de direitos humanos no Brasil e em outros países, ao promover uma agenda missionária e conservadora. Em especial, busca impor posições regressivas em temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, das pessoas LGBTQIA+, das pessoas com deficiência e das pessoas indígenas, à proteção de vítimas e testemunhas, promovendo sua demonização, destruindo as estruturas de promoção de direito à memória, verdade e justiça, desmontando as estruturas estatais de enfrentamento e prevenção à tortura, entre outras áreas. O objetivo, segundo a própria ministra, é dissociar a agenda de direitos humanos da “agenda globalista” e fazer com que o Ministério deixe de cuidar de “pautas de minorias” e virar um ministério que cuida das majorias. A baixa execução do orçamento anual do Ministério dos Direitos Humanos (que não passou de 44% em 2020, segundo o portal da transparência do governo federal) é sintoma de um Ministério mais preocupado em destruir do que construir, em um país cujas violações de direitos humanos são diárias e seguem se aprofundando.

O ATAQUE AO ESTADO LAICO

As estruturas dos Direitos Humanos passaram a ser usadas para beneficiar organizações ligadas às Igrejas Evangélicas, parceiras da ministra Damares, que até mesmo criou o “Cadastro Nacional das Organizações Religiosas”, catalogando as organizações evangélicas aptas a receber repasses federais. É o que Bolsonaro chamou de “Censo das Igrejas”. Enquanto mapeiam as igrejas evangélicas, cortaram 96% dos recursos destinados ao Censo Demográfico, deixando o Estado brasileiro sem um instrumento fundamental para conhecer a população e suas demandas e adequar as políticas públicas a seu atendimento.

A AGENDA ULTRACONSERVADORA GANHA UMA SECRETARIA DA FAMÍLIA

Em termos de estrutura ministerial, a inovação de Damares foi criar uma Secretaria da Família, para ser usada como ferramenta para a articulação e promoção de agenda ultraconservadora. A Secretária da pasta já foi a eventos internacionais representando o Ministério, tanto nos Estados Unidos quanto na Hungria, onde traçou a estratégia de ação e influência da pasta comandada por Damares: o Ministério dos Direitos Humanos estaria atuando em parceria com o Ministério da Educação para “desideologizar” a educação básica no Brasil, freando quaisquer possibilidades de incorporação de temas de educação em direitos humanos no currículo escolar. O caso foi amplamente reportado pela mídia brasileira. O país que mais mata travestis no mundo, tem um ministério cuja linha narrativa central é promover os valores da “família tradicional”.

O DESPREZO PELAS CULTURAS TRADICIONAIS E POR DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Está em curso um processo de demonização das culturas tradicionais, com impacto na salvaguarda de direitos das populações e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Têm ocorrido vazamentos de dados confidenciais de cidadãos e uma atuação direta da ministra para impedir que direitos humanos de crianças e adolescentes sejam resguardados, como no caso da menina capixaba de dez anos que engravidou como resultado de estupros sistemáticos de familiares. Conforme noticiado e apurado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, entre outras agências, a ministra agiu nos bastidores para impedir que a criança fosse submetida ao procedimento que é legal e direito garantido pela Constituição.

UM IRRECONHECÍVEL BRASIL NOS FÓRUMS INTERNACIONAIS

No âmbito internacional, a atuação congregadora, progressista, consistente e respeitada do Brasil na defesa dos direitos humanos em

fóruns internacionais tornou-se passado. Com Bolsonaro, o Brasil passou a ser reconhecido por representar posições de retrocesso. Em reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em fevereiro deste ano, em Genebra, a ministra divulgou dados de investimentos governamentais que não condiziam com a verdade e afirmou que o governo estava cuidando das populações indígenas e de sua proteção durante a pandemia da COVID-19. No entanto, ações diretas para imunização de comunidades indígenas só foram levadas à frente meses depois, por ordem do STF. O desprezo pelo cumprimento de decisões e resoluções do sistema internacional de proteção aos direitos humanos é outra marca da “gestão Damares”.

REVISÃO AUTORITÁRIA DO PNDH-3

Como resultado da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2008 com ampla participação da sociedade civil, o estado brasileiro publicou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2009. O PNDH-3 consolidou a agenda de Estado para a promoção, transversalização e implementação de compromissos nacionais e políticas públicas de direitos humanos e colocou compromissos de implementação de ações para todos os ministérios.

A Portaria 457/21, assinada pela ministra Damares em março de 2021, cria um Grupo de Trabalho, exclusivamente com integrantes do governo Bolsonaro, escolhidos a dedos, para revisar as bases do PNDH-3 sem representação da sociedade civil, o que coloca a estratégia de estado criada em 2009 para o avanço dos direitos humanos em risco. Ademais, nenhuma informação sobre os trabalhos do Grupo pode ser divulgada antes do encerramento das atividades, em uma verdadeira “revisão secreta” da política de direitos humanos do país, coerente com a falta de transparência característica do governo Bolsonaro.

OS RETROCESSOS NA ÁREA DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

SOBRE A COMISSÃO DE ANISTIA

Os trabalhos da Comissão de Anistia começaram a ser esvaziados ainda no governo Temer, com início de revisão de anistias e interrupção das Caravanas da Anistia, entre outras medidas. Com Bolsonaro, o processo de esvaziamento da Comissão foi acelerado.

A Comissão de Anistia foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério dos Direitos Humanos. Em ação emblemática de sua oposição à atuação da Comissão, Damares nomeou, entre os novos integrantes do colegiado (Portaria 378/2019), pessoas publicamente hostis a iniciativas de reparação ou memória. Entre os vários militares nomeados para Comissão da Anistia, destaque para a nomeação do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, militar que foi comandante da Escola de Comando do Estado Maior do Exército e conhecido por duvidar abertamente das torturas sofridas pela presidenta Dilma Rousseff.

Sob a gestão da ministra Damares, a Comissão da Anistia passou a promover a revisão de indenizações anteriormente concedidas a anistiados políticos. Negou, nos primeiros meses do governo Bolsonaro, mais de 271 pedidos, promoveu 88 arquivamentos e aprovou apenas 8 pedidos. Até fevereiro de 2021, 635 anistias haviam sido revistas, 612 das quais foram anuladas.

SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

No início de 2020, a ministra Damares revisou o regimento interno da CEMPD, e nomeou um membro do partido PSL, Marco Vinicius Pereira de Carvalho, para presidir a Comissão, sob o argumento de “correção de rumos e irregularidades”.

Houve ainda a retirada, da comissão, do poder de emitir certidões de óbito, o que vai contra a lei de criação da Comissão, a Lei 10.875/2004, que estabeleceu critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura civil-militar, permitindo reconhecer como vítimas pessoas vitimadas por agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados ou que praticaram suicídio na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de torturam.

DESESTRUTURAÇÃO DOS COLEGIADOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das marcas dos governos pós-golpe, em especial o governo Bolsonaro, tem sido o esvaziamento, fragilização e até mesmo a extinção das instâncias de participação da sociedade civil na formulação e monitoramento de políticas públicas.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, principal órgão de participação social dos direitos humanos, tem sofrido sérios ataques desde 2016. Nos primeiros meses do governo golpista de Michel Temer, o órgão deixou de dispor de estrutura mínima para seu funcionamento. Os representantes da sociedade civil no conselho denunciaram o bloqueio à execução plena de atividades, à dificuldade de conseguir que o governo federal garantisse as reuniões e deliberações do colegiado.

Sob o governo Bolsonaro, a ministra Damares Alves também exonerou a secretaria-executiva escolhida pelo colegiado e proibiu que o conselho divulgue ampla e abertamente suas atividades, notas (incluindo as de repúdio contra desmandos do governo federal) e decisões em página oficial dedicada ao conselho.

O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência foi extinto por Bolsonaro em abril de 2019. Outros órgãos participativos relativos à agenda dos Direitos Humanos, como o Conselho LGBTQIA+, o Comitê de

Educação em Direitos Humanos, o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA, o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, o Conselho Nacional da Pessoa Idosa, entre outros, foram seriamente impactados pela gestão Damares. Além de não assegurar a estrutura mínima para o funcionamento de tais órgãos, publicou medidas autoritárias como alteração de conselheiros sem consulta à sociedade civil, mudança de regimentos, bloqueio de recursos para projetos, entre outras medidas que bloquearam a interação e o controle social da sociedade civil às políticas públicas de Direitos Humanos.

Desde 2005, o Brasil tem realizado conferências nacionais para debater a política nacional de promoção de direitos das crianças e adolescentes. Com Bolsonaro e Damares, isto não ocorreu. A última conferência havia ocorrido em abril de 2016, ainda sob a presidência de Dilma Rousseff e a seguinte deveria ter ocorrido em outubro de 2019, mas foi cancelada e não há notícias de nova remarcação.

O ENFRENTAMENTO E A PREVENÇÃO À TORTURA

Em junho de 2019, Bolsonaro publicou decreto que desmontou o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT, ao demitir todos os peritos do órgão, que haviam sido escolhidos por meio de seleção pública e transparente.

O órgão foi instalado em 2014, e era responsável por investigar violações de direitos humanos. O MNPCT faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e tem o mandato de fazer vistorias e relatos sobre violações em dependências públicas e privadas como prisões, unidades do sistema socioeducativo, abrigos de idosos, hospitais psiquiátricos, entre outros. Sua atuação foi decisiva para criar uma cultura de inspeções e de frear violações de direitos humanos, de forma independente, atuando como organismo de estado, e sendo elogiada pelas Nações Unidas e usada como modelo internacional.

O decreto de Bolsonaro exige que a contratação de novos peritos passe por sua aprovação pessoal, além de que os profissionais não devem receber salários, o que inviabiliza a profissionalização do órgão e a isenção dos peritos.